

Artigos Originais

A DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: ESPAÇO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Original Articles

TEACHING IN SOCIAL WORK: PROFESSIONAL WORKSPACE

*Cacildo Teixeira de Carvalho Neto*¹

cacildoteixeira@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9727061859784643>

*Jaqueline de Melo Barros*²

jaqmelo27@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3203320269000396>

*Mireille Alves Gazotto*³

mireilleservicosocial@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4225850118989583>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

RESUMO:

Este trabalho se configura como pesquisa no campo da Educação, com ênfase na docência do ensino superior no processo de formação em Serviço Social. Para isso, busca, na transformação do processo de educação, na prática docente e na apreensão das realidades sociais, o objeto de reflexão e crítica frente às exigências, desafios e resistências cotidianas do assistente social. A partir da revisão literária, este estudo apresenta as possibilidades e persistências do trabalho profissional do assistente social a partir da realidade profissional que se apresenta nos espaços de luta e resistência, e, como docente, tendo a sala de aula como lócus da intervenção, contradição e transformação.

Palavras-chave: educação. serviço social. docência.

ABSTRACT:

This paper is a research about Education, with emphasis on college teaching, in the process of training the social workers. So, the article seeks, into the transformation of educational

¹ Assistente Social do Hospital Universitário; professor do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Uberaba; Mestrando em Serviço Social pela FCHS - UNESP/Franca. cacildoteixeira@hotmail.com. Referência Lattes: 9727061859784643.

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Professora do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Uberaba. Jaqmelo27@hotmail.com. Referência Lattes: 3203320269000396

³ Assistente Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Mestranda em Serviço Social pela FCHS - UNESP/Franca. mireilleservicosocial@hotmail.com. Referência Lattes: 4225850118989583

process and the teaching, to apprehend the social reality, the object of reflection, critics to the demands, challenges and daily resistances of the social worker. From a literature review, this paper presents the possibilities and persistence of the social work, the professional reality presented in the fight and resistance spaces and, as professor, using the classroom as locus of intervention, contradiction and transformation.

Keywords: *education. social work. teaching*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo consubstancia-se sob a relação condicionada, historicamente, entre a política e educação; a docência como prática profissional e sua inflexão à transformação social; e a sala de aula enquanto espaço de manifestação das mais variadas expressões da questão social.

A educação é mais que um mero ensinar didático. Ela vai além da natureza do indivíduo em ensinar e aprender. É tudo que possa constituir aprendizado e ensinamento dentro do processo histórico da humanidade e que acontece de forma inter-relacional entre os seres humanos por meio de regras geradas por condutas de valores e moral, esperando, sempre, transformação, enriquecimento na forma de agregar conhecimento.

Assim, a realização deste estudo permitiu maior apreensão da relação que se recrudescer na prática docente e na formação profissional, a partir da leitura da realidade, identificando em seu contexto as demandas que se apresentam, sejam elas tradicionais ou emergentes. Também na intervenção desta realidade social, no desenvolvimento de novas possibilidades e/ou estratégias de enfrentamento para o trabalho profissional docente, e, ainda, elucidar o Projeto Ético–Político do Serviço Social, o trabalho e formação profissional e seu aporte teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político em discussão na contemporaneidade.

Desta forma, evidencia-se a relevância em pesquisar e aprimorar o conhecimento que perpassa por todo o período de formação; apontando a prática docente como trabalho profissional em Serviço Social no desvelamento da realidade social.

Logo, pesquisar e desvelar a prática docente na formação profissional em Serviço Social como trabalho profissional de apreensão e leitura crítica da realidade social, deve ser visualizado como projeto educacional de ruptura ao pragmatismo e anseios alheios a emancipação sócio-política do homem.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO

Na gênese do Serviço Social no Brasil, a profissão apresentava cunho assistencialista e caritativo, de perfil classista burguês e de gênero feminino, o que, ideologicamente, reproduzia a ordem social burguesa, apoiava a recristianização da sociedade esteada pela Igreja Católica e reprimia qualquer manifestação social a mando do Estado. A formação profissional dos primeiros assistentes sociais aconteceu nas Escolas da Bélgica, de onde foram trazidas as primeiras fundamentações e aportes teóricos para a construção do Serviço Social brasileiro.

Com esse cariz acrítico e militante, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Em 1936, na cidade de São Paulo, e, em 1937, no Rio de Janeiro, apoiadas pela União Católica de Estudos e Ação Social (UCISS) e Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Seguindo a ideologia proposta à formação em Serviço Social, as primeiras alunas do curso eram moças de famílias católicas e classe burguesa. O perfil exigido, na época, era de uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico aliado ao interesse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo (IAMAMOTO, 2005).

Com base nos estudos apresentados sobre a formação profissional nos primeiros anos, percebe-se que, nas salas de aula, as alunas reproduziam uma ideologia que vivenciavam na cotidianidade, mas não reproduziam conflitos sociais vividos dentro de suas casas ou nas comunidades em que viviam. Seus estudos e práticas eram de “[...] realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida” (IAMAMOTO, 2005, p. 175). E esta característica esteve presente por anos na profissão.

Mas, a partir das transformações cultural, econômica, política e social no país, a profissão se remodelou ao sistema, reorganizou-se e buscou novas fundamentações teórico-metodológicas e técnico-operativas para a formação profissional, concomitantemente à prática docente. Tais fundamentações estavam contidas no Desenvolvimento de Comunidade e nos métodos de Caso, Grupo e Comunidade, com aporte na matriz teórica positivista. Para Yasbeck e Silva (2005, p. 27):

Essa busca da matriz positivista e de sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social vai abordar as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Especialmente em sua orientação funcionalista, esta abordagem é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com metodologias de ação [...].

O processo de formação em Serviço Social, entre as décadas de 1940 e 1960, acompanhava as modificações presentes no contexto político do país, atendia à necessidade de adaptar os profissionais da época às novas demandas, sem deixar interstícios na formação profissional.

Para isso, os cursos promoviam pesquisas as quais identificavam os discursos e métodos de intervenção realizados por assistentes sociais, como apontavam os problemas a serem trabalhados. Não apresentava, no plano metodológico e técnico, um trabalho de teorização e adaptação à realidade brasileira, com os resultados das pesquisas divulgavam materiais com intuito de sensibilizar particulares e o Estado à adoção de novas técnicas de assistência, apropriando-se destes dados para localizarem a área de maior necessidade de atuação.

Como pode ser visto, a prática docente, naquele momento, congruente à atuação profissional de campo, não tinha uma perspectiva de transformação. Reproduzia uma ideologia política que se orientava pela reprodução socioeconômica do povo. Concomitante a este período, década de 1960, acontecia a Ditadura Militar e a reforma universitária, Lei nº. 5540/1968, que provocou na educação do país, uma injunção que marcou o contexto político-educacional, principalmente na relação teoria-pesquisa-prática e a neutralidade científica.

A reforma universitária combina medidas autoritárias com uma suposta democratização do ensino, pois, na verdade, várias ações adotadas serviram para ampliar o número de vagas, através da racionalização de recursos materiais e humanos (VIEIRA et al, 1987, p. 108).

No âmbito da formação em Serviço Social, essas transformações expressaram diretamente as diretrizes educacionais implantadas em 1961,

persistindo o viés conservador e elitista. Por sua vez, o golpe militar incidia nas práticas dos usuários do Serviço Social por serem confundidas com o comunismo.

Neste momento, prevalecia no Brasil o modelo tecnicista de educação fruto de um contexto histórico, político e econômico marcado pela ditadura e desenvolvimento industrial que exigia mão de obra. Em 1964, a educação inflamava o modelo desenvolvimentista com o intuito de receber o capital estrangeiro para a modernização e desenvolvimento do país, além de reproduzir a alienação do proletariado.

Este posicionamento atingia a formação profissional dos assistentes sociais, pois a relação entre formação e atuação, ou seja, teoria e prática, estavam atreladas a uma ideologia imposta pelo Estado. Talvez, por causa disso mesmo, na década de 1970, surgiu no interior das universidades, um pensamento estruturalista, baseado nas concepções e tendências que iam desde a antropologia estruturalista de Levi-Strauss ao estrutural marxismo de Althusser, segundo Paulo Netto (2005), mesclada a uma militância política baseada em Lênin, Trotsky, Mao, Guevara de acordo com Iamamoto (2006).

A partir daí, modificações significativas tornaram-se presentes no processo de formação. Com as novas concepções, os alunos e docentes se apropriaram de teorias antagônicas àquelas que, até o momento, eram impostas, e juntamente com toda a categoria profissional, introduziram, no país, o Movimento de Reconceitualização que possibilitou uma transformação no Serviço Social brasileiro. Permitia-se à profissão, a criação de encontros e eventos que tinham como centralidade de discussão a formação e prática profissional.

Os encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), de Sumaré (1978), e o Alto da Boa Vista (1984), de acordo com Paulo Netto (2005), apresentaram-se defasados frente à realidade profissional, pois, no seio da profissão, dando destaque à academia, as discussões e reflexões já se apresentavam sob nova perspectiva, identificando um anacronismo frente aos objetivos e propostas destes Encontros e à realidade profissional.

A ditadura significou, para a profissão, um período de avanços, retrocessos e, porque não dizer, “renovação do Serviço Social”, em que a própria categoria, ainda que de forma heterogênea, propôs romper com o Serviço Social “tradicional”,

designado por Paulo Netto (2005)⁴ como “intenção de ruptura”. Esse momento da história da profissão direcionou o trabalho e a formação profissional à busca por uma fundamentação teórica que respaldasse as respostas ao contexto da sociedade brasileira, assim como a formação crítica e propositiva. Ou seja, o contexto político, econômico e social incidiu na incorporação de matrizes críticas, influenciando na organização da categoria, na formação e produção acadêmica e também no campo da intervenção profissional.

Mediante tal realidade, os assistentes sociais despertaram para a necessidade de um repensar da profissão, da proposta de formação e sobre as transformações ocorridas na sociedade. A revisão curricular baseou-se na re-leitura do currículo de 1982 (em vigor até a década de 1990), aproveitando os pontos positivos e modificando-se aqueles considerados ou superados mediante as novas demandas e realidade apresentadas (MARTINS, 2009, p. 86).

Essa revisão curricular foi organizada a partir de vários fóruns de discussão dos quais participaram docentes, discentes e profissionais/supervisores de estágio da área de Serviço Social, culminando na proposta de uma formação profissional, no ano de 1999, com as Diretrizes Curriculares (DC) homologadas em 2001 que, segundo Martins (2009, p. 86) “[...] têm como base a questão social alicerçada na dinâmica da vida social e no mundo do trabalho. Neste contexto, busca-se compreender e apreender o significado social da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo”.

A partir dessas DC's, a formação para o Serviço Social deveria pautar-se em conhecimentos teórico-metodológicos que visem uma leitura de totalidade do processo histórico da realidade social.

A PRÁTICA DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL

Sabe-se que existe um campo vasto para o trabalho profissional do assistente social, e o que interessa indagar, enquanto objeto de análise, consiste na

⁴ Para que se desenvolvesse o pensamento reflexivo no campo profissional do Serviço Social, são delineadas, segundo Netto (2005), três perspectivas que culminaram na ruptura com o Serviço Social “tradicional”: a perspectiva modernizadora (1965-1970); a perspectiva de reatualização do conservadorismo (1970-1975); e, a perspectiva como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional” (1975-1985).

prática docente, enquanto espaço sócio-ocupacional de intervenção do assistente social.

Para isso, deve-se refletir sobre o trabalho do assistente social no âmbito da docência, em consonância com seu Projeto Ético-Político, em busca da materialidade das ações profissionais e docentes que vislumbre a formação de uma sociedade que não seja excludente quanto aos meios de adquirir e produzir conhecimento, abrindo um espaço democrático para a discussão e construção de condições educacionais objetivas de educação nas esferas políticas, educacional e profissional articuladas com valores, compromissos e princípios profissionais.

A atuação docente, pautada nesses princípios, propõe a prática docente enquanto prática social, a partir de uma leitura crítica frente à realidade, passa a ser essencial para a formação discente, pois nos espaços de formação, o perfil dos alunos dos cursos apresenta-se heterogêneo. Alunos de classes sociais diferentes passam a dividir espaços, demandas sociais tornando-se vivência concreta e não ideológica, fruto do processo histórico-social.

Na própria história da formação profissional, os docentes vivenciaram os conflitos ideológicos intrínsecos na categoria, pois, mesmo com toda a discussão dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) para apropriação da Teoria Crítica Marxista e do próprio cenário político do país, alguns profissionais ainda reproduziam as fundamentações com bases positivistas e fenomenológicas, provocando um ecletismo teórico no Serviço Social. Isso representava uma ação docente que promovia uma aprendizagem com intenção de ruptura e superação ao pragmatismo e conservadorismo, ao mesmo tempo em que as práticas de campo marcavam o ranço ideológico engendrado desde as protoformas do Serviço Social.

Diante das transformações societárias e políticas do país, com ênfase na Constituição Federal de 1988, e para a profissão, a aprovação do Código de Ética de 1993 (vigente até o momento), o Serviço Social no país deu um salto qualitativo na fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão. Esta transformação reflete, diretamente, na formação profissional, ou seja, prática docente e apreensão discente.

⁵ Esta esfera política não se refere a escolhas partidárias, mas, sim, a formação de cidadãos capazes de refletir e analisar o movimento da sociedade e a diferenciação entre as classes – proletários versus burgueses ou trabalhadores versus capitalistas ou vendedores da força de trabalho versus donos dos meios de produção ou explorados versus exploradores.

Com a proposta para as Novas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social e a aprovação da nova Proposta Nacional de Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social, em 1997 - concomitante ao período de aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996 - estando intrínsecos os Núcleos de Fundamentação; o trabalho como centralidade das relações sociais e a questão social como eixo fundante da profissão, que possibilita uma maior proximidade com a realidade vivida; juntamente com a tríade ensino-pesquisa-extensão explicitada pela Resolução nº. 15, de 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares, promove-se então uma formação crítica, generalista e histórica, consubstanciando, assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social fundamentam a luta coletiva para a construção de um projeto de formação profissional que leva à verdadeira materialização do que está posto, pela construção coletiva, no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Este documento de diretrizes estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir do qual cada Instituição de Ensino superior (IES) elabora seu currículo pleno. Esta base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABEPSS (CRESS, 2006a).

Através de seus princípios e diretrizes curriculares, com seus núcleos de fundamentação desembocando nas matérias básicas e nas atividades integradoras do currículo – estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso – possuíram, cada Instituição de Ensino Superior, caminhos independentes, mas respaldados em diretrizes gerais que fundamentam a formação profissional do Serviço Social.

Com este aporte, a prática docente mantém uma relação íntima com a realidade social vivenciada em outros espaços de atuação e trazida à sala de aula pelos profissionais, assim como pelos discentes que projetam suas angústias e conflitos nas salas de aula.

Com a ampliação das IES e dos cursos de Serviço Social, a promoção de estímulos como Bolsas e Cotas, as salas de aula, hoje, apresentam perfil heterogêneo de alunos, como explicitado. Alguns trabalham em instituições assistenciais privadas, públicas ou de terceiro setor, ou há aqueles que no cotidiano

de sua comunidade participam de atividades sócio-assistenciais, ou até mesmo vivem dentro de sua casa uma expressão da questão social.

Esta realidade torna-se frequente na prática docente, provocando este profissional a uma apreensão frente à realidade que necessita de resposta. Os alunos podem manifestá-la de diversas formas, como desistência, absenteísmo, inadimplência, descaso com o conteúdo, estresse ao trabalhar algum tema/assunto (o aluno pode estar vivendo a mesma situação), a não aquisição de material teórico (o aluno não tem condição financeira para adquirir o material solicitado, provocando uma defasagem de conteúdo e aprendizagem), o que provoca baixos resultados qualitativos de aprendizagem.

Isso faz refletir que “[...] a atuação na docência exige atitude propositiva, investigativa e criativa ao processo ensino-aprendizagem, em um campo de atuação com expressiva demanda aos assistentes sociais” (MARTINS, 2006, p. 221). Há outras características relevantes no processo, intrínsecas no contexto histórico social dos próprios alunos, os quais esses são oriundos de escolas públicas (que oferecem um ensino frágil em comparação às escolas da rede privada), de programas de aceleração de aprendizagem (Educação de Jovens e Adultos (EJA); A Caminho da Cidadania; Acertando o Passo); ou estiveram, por anos, fora das salas de aula. Tais características são relevantes e apontam o perfil dos alunos dos cursos de Serviço Social.

Frente às demandas, os docentes estimulam a pesquisa discente e os Grupos de Pesquisa dos cursos, como forma de enfrentamento destas demandas sociais, presentes na cotidianidade docente. Selma Pimenta aponta uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNERJ), Centro Universitário de Jaraguá do Sul, em que apresenta as principais demandas apreendidas pelos docentes pesquisados em relação a seus alunos. Algumas dessas demandas são: falta de interesse e motivação; passividade e individualismo; baixo nível de conhecimento; dificuldades de raciocínio e interpretação; falta de criticidade; falta de tempo, entre outras (PIMENTA, 2002).

Em sua maioria, são fatores externos que influenciam o interior das salas de aula; são as realidades apresentadas neste espaço que concretizam a ação e relação docente/discente e o projeto pedagógico do curso de Serviço Social, em questão. Andrade (1996 apud MARTINS 2006, p. 217-218, grifo do autor) observa que:

Nenhum projeto de curso é aplicado no 'abstrato'. Ele é construído cotidianamente, no processo de formação acadêmica, nas relações que se estabelecem nos espaços institucionais, inclusive, e, principalmente, na sala de aula. Isto faz sentido se pensarmos a sala de aula enquanto fenômeno que também pode revelar a própria essência de um projeto de formação profissional, de uma concepção de universidade e de educação.

A partir da apreensão destas demandas e da relação construída entre docentes e discentes, os profissionais devem ser propositivos, críticos e comprometidos com o Projeto Ético-Político da profissão, criando propostas e articulando estratégias de enfrentamento da realidade social, no intuito de superação, mantendo-se congruentes ao projeto pedagógico do curso, e, principalmente, com a Educação como processo de transformação.

As pesquisas realizadas entre docentes e discentes promovem estas relações entre teoria e prática, articulando-as, consubstanciando o projeto pedagógico em que estão inseridos. Andrade (1996, apud MARTINS, 2006, p. 215) ressalta que:

A partir da problematização do modo como professores e alunos articulam a prática de ensino na sala de aula, procura-se conhecer não só como ela se dá, mas até que ponto determina e é determinada pelas concepções que fundamentam a prática docente, o projeto pedagógico, os conteúdos que são priorizados, os métodos que são utilizados e os processos interativos presentes nesta relação.

Enfatiza-se, aqui, que o projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social deve promover a capacidade discente de apreender a realidade e analisá-la criticamente criando estratégias e/ou táticas de enfrentamento, mantendo-se coerente com a teoria – conhecimento científico produzido por outros assistentes sociais a partir da investigação e intervenção já realizadas, como aporte para a prática docente.

A edificação deste saber relacionado à prática profissional promove a construção do perfil profissional e a identidade docente. A exigência sob o perfil profissional está presente na/para construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 6. região (2006b, p. 45) tal perfil deve ser:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Nesse mesmo caminho, e para ampliar uma maior reflexão sobre o perfil profissional, Oliveira (2006, p. 73), aponta que:

Para a construção desse perfil é necessário retomar os pressupostos da respectiva formação profissional que considera o Serviço Social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, agravada pelas particularidades do processo de reestruturação produtiva, no Brasil, determinada pelas configurações estruturais e conjunturais, e pelas formas de enfrentamento permeadas pela ação do Estado e das organizações da sociedade através das políticas e das propostas de diferentes setores.

Desta forma, no processo de formação em Serviço Social, a construção do perfil profissional e da identidade profissionais devem visualizar que novos assistentes sociais assumirão os espaços de atuação, podendo assumir a supervisão de novos estagiários, e a própria docência, pois, segundo a Lei nº. 8662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social (regulamentação da profissão), especifica em seu artigo 5º:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação com pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; (BRASIL, 2006).

Enfim, a prática docente comprometida com a efetivação da profissão e o Projeto Ético-Político permite que o ensino proposto como processo de superação e transformação social alcance a totalidade, consentindo que os sujeitos coletivos envolvidos sejam partícipes da mudança.

Diante de todo o contexto desenvolvido, elenca-se a prática docente como trabalho profissional que se insere na divisão sociotécnica do trabalho, pois seu conhecimento e as horas em sala permitem a alteração da realidade e das relações institucionais e sociais. Segundo Martins (2006, p. 220)

[...] precisa-se avançar e assumir a docência como espaço ocupacional importante no mercado de trabalho atual, inseri-la nas discussões sobre

exercício profissional da mesma forma que discutimos o trabalho profissional na área das políticas sociais.

Identificar a docência como trabalho profissional é considerar que sua prática é transformadora, assim como a Educação que, envolvida com sujeitos heterogêneos, mas coletivos pela ação/construção, idealizam e projetam a totalidade de ser social engajado no cenário político-social.

Considerando, ao mesmo tempo, que o assistente social está inserido em diversos espaços, construindo os processos de trabalho. Iamamoto (2006) trata que o trabalho do assistente social é, na verdade, um conjunto de processos de trabalho, visto que não há um único e idêntico processo de trabalho dentro das diferentes esferas, e que o assistente social é chamado para desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo. Compreende-se a sala de aula como espaço de atuação, com diferentes realidades a partir dos sujeitos ali inseridos, o que possibilita a prática interventiva ao assistente social docente.

Destarte, a partir do conteúdo apresentado e da fundamentação teórico-bibliográfica trabalhada, pode-se observar a prática docente em Serviço Social como prática social na apreensão das demandas sociais, juntamente na sua intervenção, permitindo que a atuação docente desenvolva estratégias de enfrentamento à realidade social, prática esta compreendida como trabalho profissional, construída no processo histórico da Educação em nível superior e presente na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico-social, a Educação, como ensino e aprendizagem, foi marcada por uma relação de poder econômico e força política, reflexo do cenário brasileiro.

Diante das inflexões do país, o neoliberalismo transformou a política e a economia em uma grande extensão comercial aos interesses internacionais, e a perspectiva do Brasil de estar no cenário globalizado, fez com que as portas do país ficassem abertas às determinações estrangeiras. Órgãos internacionais passaram a regular as políticas e influenciar a conjuntura nacional. Exemplo é o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estas regulações para a Educação foram impulsionadas e sustentadas pelos acordos realizados, juntamente com a nova LBD de 1996, que, criada e apresentada como uma nova proposta de Educação para o país promoveu a privatização do ensino, como a pesquisa sob o interesse comercial, provocando uma desregulação entre a educação pública e a privada, pois os investimentos na educação privada -ensino e pesquisa- são significativamente maiores (IAMAMOTO, 2000).

No cenário político atual, a Reforma Universitária e as propostas do governo para a Educação reafirmam tal situação. Acentua-se a privatização do ensino e pesquisa; cria-se sistema de cotas étnico-raciais (política compensatória que não modifica a estrutura, a educação base); apresentam-se políticas orçamentárias, parcerias e convênios que promovem, ainda mais, a instabilidade da Educação pública no país.

Diante de todas as mudanças na Política de Educação do país, sua prática, estritamente reprodutiva e sistêmica, começa a tomar novos rumos. Intelectuais da história nacional como Paulo Freire, Dermeval Saviani, entre outros que se utilizam desses grandes pensadores, começaram a criar e introduzir no contexto educacional uma leitura crítica, apontando para a prática docente como transformadora, ou seja, prática social que, através de ações dialéticas e coletivas na educação, possibilitam que os envolvidos se reconheçam como sujeitos históricos e capazes de transformação social.

Para que isto aconteça, é necessário romper com as imposições das instituições de ensino, as metodologias pragmáticas e os currículos que interpretam ações justapostas. Os currículos devem ser vistos como base para a prática social docente, permitindo que docentes e discentes tenham envolvimento e construam uma ação de troca de conhecimento, possibilitando a produção de novos conhecimentos, com aporte teórico e uma leitura da realidade apresentada pelos discentes na cotidianidade.

Envolvido em todas as transformações na Educação brasileira, o Serviço Social esteve presente e participe, pois sua formação profissional sofreu todas as inflexões políticas e sociais presentes na sociedade. O Serviço Social, hoje, é uma profissão regulamentada através da Lei nº. 8.662 de 1993, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho; sua formação profissional é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e órgãos afins, como Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e os específicos da profissão como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O Serviço Social surgiu, no Brasil, na década de 1930 e, desde sua gênese até a contemporaneidade, se molda à realidade cultural, econômica, política e social do país, por meio de ações coletivas. Na protoforma da formação profissional, a metodologia utilizada era reflexo da prática assistencialista e pragmática, que atendia aos interesses do Estado, da classe burguesa e da Igreja Católica. Mas, diante das mudanças no cenário nacional, das novas teorias introduzidas nas Universidades, a formação profissional em Serviço Social passou a trilhar um novo caminho. Buscou-se uma formação mais crítica, política e histórica, tendo como base a Teoria Crítica. Desenvolveu uma metodologia de ensino que permite que seus alunos se vejam como sujeitos sociais, partícipes do processo de transformação social e reconhecendo as pessoas como ser social, sujeitos coletivos em busca da emancipação política. Assim, uma formação que atenda a uma competência teórico-metológica e técnico-operativo, juntamente com um compromisso ético-político com o projeto pedagógico e o projeto societário da profissão.

Por meio da revisão literária, este texto apontou que, na prática docente em Serviço Social, o profissional se depara com diversas realidades apresentadas pelos seus discentes. Que a cotidianidade do assistente social docente é movida por uma relação de troca de conhecimentos que permite uma prática social no momento de ensino e aprendizagem; pois, através das demandas sociais apreendidas dentro do espaço sala de aula, o docente consegue desenvolver possibilidades e estratégias de enfrentamento e atuação frente à realidade social.

Desta forma, a prática docente reconhecida como trabalho profissional está congruente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois constrói uma ação coletiva de superação às desigualdades sociais, de enfrentamento a qualquer forma de coerção e cerceamento do ser social, visto que por meio de sua instrumentalidade, permite que a profissão mantenha seu cariz crítico, dialético e emancipador. Deste modo, a prática docente, como prática social no processo de formação profissional em Serviço Social, condiciona a transformação social e pessoal de seus sujeitos.

A sala de aula não é um lócus fixo, rígido, como espaço demarcado, fechado. É um campo de criação, de debate, de construção, reflexão de interação. Não tem limites, a não ser aqueles postos pelos modos como dela nos ocupamos. (ANDRADE, 1999, p. 51).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. R. A. A prática do ensino no curso de Serviço Social: reflexões necessárias. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 8, n. 1, p. 48-63, 1999.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: CRESS MG 6. região. **Coletânea de Leis**. 4. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2006.

CRESS MG 6. região. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: CRESS MG 6. região. **Coletânea de Leis**. 4. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2006a.

CRESS MG 6. região. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. In: CRESS MG 6. região. **Coletânea de Leis**. 4. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2006b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 35-60, Jan-jun, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. Docência em Serviço Social: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 15, n. 1, p. 203-226, 2006.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. O Serviço Social e a formação profissional. In: BOGATO, Francielle Toscan, **Trabalho Profissional III: Serviço Social e Tecnologias da Informação: Serviço Social VI** - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009

PAULO NETTO, Jose de. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVIERA, Cirlene A. H. Silva; ANDRADE, Maria Ângela R. A. de. O significado dos espaços formativos no ensino superior em Serviço Social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 15, n. 1, p. 69-86, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação, v. 1).

VIEIRA, Ana C. et al. O Serviço Social e o desenvolvimento de 1961 a 1968. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 8, n. 24, p. 101-122, ago. 1987.

YASBECK, Maria Carmelita; SILVA, Maria O. da Silva e. Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.